

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Autogeração Solar Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Solar Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Solar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos em construção de vida útil definida e de longa duração

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 9 às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado na rubrica “imobilizado” ativos tangíveis em montantes relevantes relacionados a custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas. As operações das usinas se iniciaram em julho de 2022 e em abril de 2023 iniciaram-se os ciclos de faturamento, obtendo assim recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, e também podendo se utilizar de recursos captados via emissão de CRI lastreado em nota comercial conforme nota explicativa nº11. A Diretoria da Companhia aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade destes ativos;
- Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva

Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.892	1.336,70	18.861.087	15.017.140
Clientes	6	-	-	27.453.865	24.583.463
Adiantamentos a fornecedores	7	6.946	6.945,40	5.701.794	5.183.990
Créditos tributários		25.708	25.704,18	9.233.047	6.833.452
Instrumentos derivativos		-	329.116,72	-	329.117
Despesas antecipadas		-	-	750.082	1.223.318
Outros ativos				1.984	
		52.546	363.103	62.001.858	53.170.479
Não Circulante					
Impostos diferidos		-	-	8.230.007	10.177.844
Partes relacionadas	8	777.219,97	3.303.020	8.652.920	9.942.417
Direitos a receber		-	-	2.206	-
Investimentos	9	16.997.780	14.982.844	-	9.706
Imobilizado	10	75.000	75.000	353.260.872	367.172.693
		17.850.000	18.360.864	370.146.005	387.302.660
Total do ativo		17.902.546	18.723.967	432.147.863	440.473.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	11	84.478	77.034	5.182.169	6.402.669
Impostos a recolher	12	3.743	3.541	1.823.989	1.367.170
Salários e contribuições previdenciárias		-	-	18.797	14.372
Empréstimos bancários	13	17.478.594	16.356.245	18.000.574	17.950.652
Notas comerciais - CRI	13	-	-	18.631.274	17.057.169
 Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes				580.320	221.765
Adiantamento de clientes			8.993	385.104	102.041
		<u>17.566.815</u>	<u>16.445.812</u>	<u>44.622.226</u>	<u>43.115.839</u>
 Não Circulante					
Provisão para perdas de investimentos	9	75.570.069	33.810.931	-	-
Empréstimos bancários	13	-	-	4.446.159	5.795.849
Notas comerciais - CRI	13	-	-	123.275.162	287.842.160
Debêntures a pagar	13	-	-	335.025.047	135.240.073
		<u>75.570.069</u>	<u>33.810.931</u>	<u>462.746.367</u>	<u>428.878.082</u>
 Patrimônio líquido	14				
Capital social		11.401.200	11.401.200	11.401.200	11.401.200
Adiantamento futuro aumento de capital		2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Prejuízos acumulados		<u>(88.635.538)</u>	<u>(44.933.976)</u>	<u>(88.635.538)</u>	<u>(44.933.976)</u>
		<u>(75.234.338)</u>	<u>(31.532.776)</u>	<u>(75.234.338)</u>	<u>(31.532.776)</u>
 Patrimônio dos acionistas minoritários		-	-	13.609	11.995
 Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>17.902.546</u></u>	<u><u>18.723.967</u></u>	<u><u>432.147.864</u></u>	<u><u>440.473.139</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Receita líquida operacional	15	-	-	36.970.410	69.085.056
Custos operacionais	16	-	-	(12.086.628)	(19.668.181)
LUCRO BRUTO		-	-	24.883.783	49.416.875
RESULTADO OPERACIONAL					
Despesas administrativas	17	(139.926)	(113.640)	(1.938.378)	(1.392.146)
Outras despesas não operacionais		-	-	764.394	-
Outras receitas operacionais		8.993	-		1.892
Resultado da equivalência patrimonial		(39.764.183)	(7.647.614)	(5.184.275)	
		(39.895.116)	(7.761.254)	18.525.525	(1.390.254)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	18	(3.497.714)	(2.426.028)	(62.362.829)	(65.369.625)
Receitas financeiras		404	554.350	3.038.590	901.133
		(3.497.310)	(1.871.678)	(59.324.239)	(64.468.492)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(43.392.426)	(9.632.933)	(40.798.715)	(16.441.870)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(644.261)	(208.832)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	(1.947.837)	7.020.587
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício		(43.392.426)	(9.632.933)	(43.390.811)	(9.630.115)
Resultado atribuído ao controlador				(43.392.426)	(9.632.933)
Resultado atribuído ao minoritário				1.615	2.818
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(43.392.426)	(9.632.933)	(43.390.811)	(9.630.115)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(43.392.426)</u>	<u>(9.632.933)</u>	<u>(43.390.811)</u>	<u>(9.630.115)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Resultados Acumulados	Minoritários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.401.200	2.000.000	(41.766.772)	-	(28.365.572)
Ajustes de exercício anterior			6.465.729	9.177	6.474.905
Prejuízo do período	-	-	(9.632.933)	2.818	(9.630.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.401.200	2.000.000	(44.933.976)	11.994	(31.520.782)
Ajustes de exercício anterior			(309.136)	-	(309.136)
Prejuízo do período	-	-	(43.392.426)	1.615	(43.390.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.401.200	2.000.000	(88.635.538)	13.609	(75.220.729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	(43.392.426)	(9.632.933)	(43.392.426)	(9.630.115)
Depreciação/amortização	-	-	5.842.881	12.133.402
Provisão de juros empréstimos	2.910.861	719.132	1.500.543	2.855.220
Provisão de juros Notas Comerciais CRI	-	-	20.469.950	38.484.836
Provisão de juros debêntures	-	-	33.825.688	20.529.816
Variação Cambial Hedge	1.039.076	-	1.039.076	(329.117)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.947.837	(7.020.587)
Custos de estruturação	-	25.655	4.462.415	1.016.584
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	644.261	208.832
Perda/Ganho de equivalência patrimonial	39.764.183	7.647.614	-	-
Prejuízo ajustado	321.693	(1.240.531)	26.340.224	58.248.871
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(2.870.403)	(6.119.692)
Tributos a recuperar	(4)	(74)	(2.399.595)	(3.699.507)
Despesas antecipadas	-	-	473.235	(446.649)
Adiantamento a fornecedores	(0)	-	(517.804)	(315.060)
Fornecedores	7.444	50.860	(1.220.501)	(28.026.561)
Impostos a recolher	202	(2.829)	171.113	622.120
Provisão Trabalhista	-	-	4.425	(143.165)
Adiantamento de clientes	(8.993)	-	283.062	418
outros	-	-	(4.190)	-
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	(1.350)	47.957	(6.080.656)	(38.128.094)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	2.525.800	(2.708.238)	1.289.497	(2.983.708)
Investimentos	(19.981)	(24.454)	9.706	-
Imobilizado	-	-	(978.966)	27.446.457
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	2.505.819	(2.732.692)	320.236	24.462.749
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Notas Comerciais CRI	-	-	(27.259.355)	(37.179.759)
Liquidação CRI portfolios 3.1 e 3.2 (empresas incorporadas)	-	-	(175.261.166)	-
Empréstimos obtidos	16.342.780	15.637.113	16.342.780	17.303.779
Liquidação de derivativo	-	(329.117)	-	-
Pagamento de empréstimos - Principal	(15.637.113)	-	(18.046.904)	(14.123.150)
Pagamento de empréstimos - Juros	(3.204.137)	-	(3.708.424)	(3.091.523)
Pagamento custos de empréstimos	-	-	-	(57.744)
Aquisição de debêntures	-	-	330.000.000	-
Pagamento de debentures - Principal	-	-	(84.740.578)	-
Pagamento de debentures - Juros	-	(14.142.783)	(75.354.717)	(3.001.197)
Partes relacionadas	-	2.759.445	--	-
Acionista minoritário	-	-	1.615	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	(2.498.471)	3.924.658	(38.026.751)	(40.149.594)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	327.691	(608)	(17.446.946)	4.433.931
Disponibilidades				
Movimentações em efeitos caixa	(309.136)	-	21.290.892	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.337	1.945,00	15.017.140	10.583.209
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.892	1.337	18.861.087	15.017.140
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	327.691	(608)	(17.446.946)	4.433.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A., é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Empresa é na Rua General Rabelo, 00043, casa, Gávea, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.451-010.

A sociedade tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

Sobre suas controladas:

Autogeração Solar Holding S.A.

A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

As operações iniciaram em junho de 2022 e a última das usinas está prevista para iniciar em fevereiro de 2024 e até que as Controladas, iniciem suas atividades e passe a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, ela utilizará recursos captados via emissão de debêntures em dezembro de 2021 ou de pagamento de mútuos ou redução de capital feito das suas Controladas ou aportes de seus controladores.

A Diretoria da Companhia obteve de seu controlador apoio financeiro e realizou uma emissão de dívida, através dos quais se compromete a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais da Empresa, na medida em que haja necessidade.

As projeções de resultados futuros preparadas pela Diretoria indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos.

Se essas projeções não se realizarem, a Companhia precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

Solargrid Autogeração Solar Locação de Equipamentos Ltda

A Solargrid Autogeração Solar Locação de Equipamentos Ltda tem como finalidade locação de equipamentos para uso comercial e industrial em geral, incluindo, sem limitação, equipamentos de autogeração e energia solar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 23 de abril de 2026.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando no curso normal de seus negócios (princípio da continuidade operacional), considerando o atual estágio de reestruturação societária, que incluiu a incorporação de determinadas investidas ao longo do período.

Como resultado dessa reorganização, a Companhia passou a deter diretamente as operações anteriormente desenvolvidas por tais investidas, incorporando, conseqüentemente, as respectivas receitas, custos, ativos e passivos. A Administração entende que essa alteração na estrutura operacional e na geração de receitas contribui para o fortalecimento da posição econômico-financeira da Companhia, ampliando sua capacidade de geração de caixa e de cumprimento de suas obrigações.

As projeções financeiras preparadas pela Administração, que contemplam os efeitos da referida incorporação, indicam a manutenção de níveis adequados de liquidez e capital de giro para a continuidade das operações no futuro previsível.

Com base nas análises realizadas e nas informações atualmente disponíveis, a Diretoria não tem conhecimento de incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Reapresentação dos saldos iniciais

Em atendimento às disposições do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração procedeu à reapresentação dos saldos iniciais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2024.

A reapresentação decorre de ajustes contábeis identificados após a emissão das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, relacionados principalmente a:

- a) Avaliação de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos.
- b) Rateio de despesas compartilhadas entre partes relacionadas, cuja metodologia anteriormente adotada não assegurava o reconhecimento apropriado dos custos e despesas, em conformidade com os princípios da competência e da consistência.

Após a reavaliação dos contratos, documentos de suporte e critérios de alocação de despesas, a Administração concluiu pela necessidade de ajustes nos registros contábeis, de forma a refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho da Companhia.

Os ajustes realizados não tiveram impacto sobre os fluxos de caixa, afetando exclusivamente as contas patrimoniais e de resultado, conforme demonstrado nos quadros de reapresentação apresentados nestas demonstrações financeiras.

Efeitos da reapresentação

Em decorrência dos ajustes efetuados, determinados saldos patrimoniais e de resultado em 1º de janeiro de 2024 foram reapresentados.

O impacto líquido dos ajustes resultou em aumento do patrimônio líquido na data mencionada, conforme detalhado nos Quadros abaixo.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

Controladora

Ativo	Controladora Reapresentado	Alterações	Controladora Anterior
	31/12/2024		31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.337	-	1.337
Adiantamentos a fornecedores	6.945	-	6.945
Créditos tributários	25.704	-	25.704
Instrumentos derivativos	329.117	-	329.117
	<u>363.103</u>		<u>363.103</u>
Não Circulante			
Partes relacionadas	3.303.020	(4.085.171)	7.388.191
Investimentos	14.982.844	-	14.982.844
Imobilizado	75.000	-	75.000
	<u>18.360.864</u>		<u>22.446.035</u>
Total do ativo	<u>18.723.967</u>		<u>22.809.138</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	77.034	-	77.034
Impostos a recolher	3.541	-	3.541
Empréstimos bancários	16.356.245	-	16.356.245
Adiantamento de clientes	8.993	-	8.993
Provisão para perdas de investimentos	-	-	-
	<u>16.445.812</u>	-	<u>16.445.812</u>
Provisão para perdas de investimentos	33.810.931	(4.711.649)	38.522.580
Partes relacionadas	-	(4.085.171)	4.085.171
	<u>33.810.931</u>		<u>42.607.751</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11.401.200	-	11.401.200
Adiantamento futuro aumento de capital	2.000.000	-	2.000.000
Prejuízos acumulados	(44.933.976)	(3.192.859)	(41.741.117)
Lucro do período	(31.532.776)		(7.904.508)
	<u>(31.532.776)</u>		<u>(36.244.425)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>18.723.967</u>		<u>22.809.138</u>
RESULTADO OPERACIONAL			
Despesas administrativas	(113.640)	-	(113.640)
Resultado da equivalência patrimonial	(7.647.614)	(1.728.424)	(5.919.190)
	<u>(7.761.254)</u>		<u>(6.032.830)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	(2.426.028)	-	(2.426.028)
Receitas financeiras	554.350	-	554.350
	<u>(1.871.678)</u>	-	<u>(1.871.678)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(9.632.933)</u>		<u>(7.904.508)</u>
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	<u>(9.632.933)</u>		<u>(7.904.508)</u>

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

Consolidado

Ativo	Atual	Alterações	Anterior
	31/12/2024		31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	15.017.140	-	15.017.140
Clientes	24.583.463	1.709.076	22.874.387
Adiantamentos a fornecedores	5.183.990	-	5.183.990
Créditos tributários	6.833.452	-	6.833.452
Instrumentos derivativos	329.117	-	329.117
Despesas antecipadas	1.223.318	-	1.223.318,00
	<u>53.170.479</u>		<u>51.461.404</u>
Não Circulante			
Impostos diferidos	10.177.844	(2.612.127)	12.789.971
Partes relacionadas	9.942.417	(831.834)	10.774.251
Investimentos	9.706	-	9.706
Imobilizado	367.172.693	1.311.494	365.861.199
	<u>387.302.660</u>		<u>389.435.127</u>
Total do ativo	<u><u>440.473.139</u></u>		<u><u>440.896.531</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6.402.669	164.937	6.237.732
Impostos a recolher	1.367.170	(19.649)	1.386.819
Salários e contribuições previdenciárias	14.372	-	14.372
Empréstimos bancários	17.950.652	(5.795.849)	23.746.501
Notas comerciais - CRI	17.057.169	(30.985.356)	48.042.525
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	221.765	221.765	-
Adiantamento de clientes	102.041	-	102.041
	<u>43.115.839</u>		<u>79.529.991</u>
Não Circulante			
Partes relacionadas	-	(5.501.948)	5.501.948
Empréstimos bancários	5.795.849	(129.444.371)	135.240.220
Notas comerciais - CRI	287.842.160	30.985.356	256.856.804
Debêntures a pagar	135.240.073	135.240.073	-
	<u>428.878.082</u>		<u>397.598.972</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11.401.200	-	11.401.200
Adiantamento futuro aumento de capital	2.000.000	-	2.000.000
Prejuízos acumulados	(44.933.976)	(3.192.859)	(41.741.117)
Lucro do período		7.901.686	(7.901.686)
	<u>(31.532.776)</u>		<u>(36.241.603)</u>
Patrimônio dos acionistas minoritários	11995	2.825	9.170
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>440.473.139</u></u>		<u><u>440.896.530</u></u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita líquida operacional	69.085.056	9.372.410	59.712.646
Custos operacionais	(19.668.181)	(7.885.386)	(11.782.795)
		-	
LUCRO BRUTO	<u>49.416.875</u>		<u>47.929.851</u>

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

RESULTADO OPERACIONAL

Despesas administrativas	(1.392.146)	2.774.707	(4.166.853)
Outras despesas não operacionais	-	23.700	(23.700)
Outras receitas operacionais	1.892	1.892	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-
	<u>(1.390.254)</u>		<u>(4.188.660)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	(65.369.625)	(35.643)	(65.333.982)
Receitas financeiras	901.133	-	901.133
	<u>(64.468.492)</u>		<u>(64.432.849)</u>
		-	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(16.441.870)</u>		<u>(20.691.658)</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.811.755	(5.978.216)	12.789.971
	-		
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	<u>(9.630.115)</u>		<u>(7.901.686)</u>

Adicionalmente, a Administração informa que as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 serão reemitidas, contemplando os ajustes acima descritos, com o objetivo de assegurar a uniformidade e comparabilidade dos saldos utilizados como base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A reemissão visa garantir que as informações financeiras apresentadas estejam consistentemente alinhadas aos saldos reapresentados e reflitam adequadamente a realidade econômico-financeira da Companhia.

A reapresentação dos saldos iniciais e a reemissão das demonstrações financeiras não alteram o entendimento da administração quanto à continuidade operacional da companhia, tampouco impactam o cumprimento de obrigações legais, contratuais ou regulatórias.

2.1.4. Descrição das políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registrados ao custo amortizado, podendo o valor contábil ser considerado próximo ao valor justo em função da liquidez e vencimento de curto prazo.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são apresentadas aos valores presente e de realização.

A conta de cliente faturado, e a realização dos serviços prestados e o faturamento das notas fiscais. Cliente a faturar, e a provisão de receita de energia gerada.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

A vida útil do ativo está diretamente relacionada ao contrato de prestação de serviço firmado, pelo prazo de 30 anos. Após avaliação da administração, não foram identificados indicativos de impairment (perda de valor recuperável) para o ativo em questão, conforme os critérios e metodologias estabelecidos.

g. Participações em controladas e coligadas

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme pronunciamentos técnicos CPC, em controlada e empreendimento controlado em conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição das participações societárias na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controlada como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos seus acionistas.

h. Patrimônio separado

Representam valores retidos pela securitizadora, nesta operação, True Securitizadora, para constituição do patrimônio separado referente a operações de captação de recursos através do Certificado de recebíveis imobiliários - CRI.

O patrimônio separado é gerido pela companhia securitizadora e tem por finalidade custear despesas iniciais necessárias para a operação tais como constituir fundos de reserva de juros.

i. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

l. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

m. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

n. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita de aluguel e serviços

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia, no que tange locação e manutenção das usinas tais como serviços de gestão de consumo e compensação de energia, é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

o. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “*pro rata die*” com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 03 (R2). Reflete as modificações no caixa, que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se do método indireto.

2.1.6. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A e suas controladas direta e indiretas:

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Empresas controladas

Controlada direta:

Autogeração Solar Holding S.A.	100%
Solargrid Autogeração Solar Locação Equipamentos Ltda	99,92%

Autogeração Solar Francisco de Sá Ltda	100%
--	------

Controlada indireta:

Autogeração Solar Palestina Ltda	100%
Autogeração Solar Metropolitana Ltda	100%
Autogeração Solar BJT Itaberaba Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck II Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck III A Ltda	100%
Autogeração Solar Folres II Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck III-B Ltda	100%
Autogeração Solar BJT Barra Ltda	100%
Autogeração Solar Fazenda Barra Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck III B Ltda	100%
Autogeração Solar Barra Mansa Ltda	100%
Autogeração Solar Icem Ltda	100%
Autogeração Solar BJT Ltda	100%
Autogeração Solar Sul Rio Ltda	100%
Autogeração Solar Tanabi Ltda	100%
Autogeração Solar Serra das Araras Ltda	100%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis das contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

3.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

- 3.6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

A Administração informa que, para as normas, revisões e interpretações contábeis descritas a seguir, ainda não foi possível determinar se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis. A Companhia está em processo de avaliação dessas mudanças e adotará as medidas necessárias para garantir a conformidade no momento de sua aplicação. As principais normas e alterações em análise são:

- a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 18, emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações estão:
- Categorização e subtotais na demonstração do resultado: novos requisitos para categorização de receitas, despesas, ganhos e perdas, além de subtotais padronizados;

- Agregação e desagregação de informações: diretrizes mais claras sobre como as informações devem ser agrupadas ou detalhadas;
- Rotulagem de informações: Exigência de rotulagem mais descritiva e consistente dos itens das demonstrações contábeis;
- Divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração: transparência sobre métricas de desempenho não previstas nas IFRS, mas utilizadas pela Administração.

b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com requisitos de divulgação reduzidos.

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Descrição: as alterações tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

d) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Desreconhecimento de Passivos Financeiros e Classificação de Ativos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Descrição: as alterações podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.7. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Em 2025, não houve, de forma generalizada, a entrada em vigor obrigatória de novos pronunciamentos técnicos relevantes emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às demonstrações contábeis das entidades brasileiras.

5. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	61	1	12.620	2.016.661
Bancos contas vinculadas	-	-	488	488
Total	<u>61</u>	<u>1</u>	<u>13.108</u>	<u>2.017.149</u>
Aplicações Financeiras	19.831	1.336	16.232.857	12.999.991
Incorporação			2.615.122	
Total	<u>19.831</u>	<u>1.336</u>	<u>18.847.979</u>	<u>12.999.991</u>
Total	<u>19.892</u>	<u>1.337</u>	<u>18.861.087</u>	<u>15.017.140</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Clientes

Os saldos de clientes são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes - faturados	-	-	6.387.581	5.881.784
Clientes a faturar	-	-	12.287.215	18.701.679
Saldo de incorporação			8.779.068	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.453.864</u>	<u>24.583.463</u>

A Companhia constituiu contas a receber com o cliente referente a receita operacional advinda do curso de suas atividades normais.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

O Ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 a 45 dias.

Política de Perdas de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política o reconhecimento de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A provisão para perdas de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual e coletiva da carteira de clientes

Para os créditos avaliados coletivamente, a Companhia utiliza matriz de provisão baseada no envelhecimento dos saldos a receber, aplicando percentuais de perda esperada conforme o risco de inadimplência associado a cada faixa de vencimento.

Para o exercício de 2025 não foi identificado perdas.

7. Adiantamento a fornecedores

O saldo de contas a adiantamento a fornecedores é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	6.946	6.945	4.399.124	5.170.111
Compra de equipamentos	-	-	458	1.860
Payfy	-	-	45.708	7.051
Adiantamento a empregados	-	-	4.968	4.968
Incorporação			1.251.536	
Total	<u>6.946</u>	<u>6.945</u>	<u>5.701.794</u>	<u>5.183.990</u>

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

8. Operações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
Contas a receber - partes relacionadas				
SolarGrid Holding	4.265.691	6.604.545	-	6.604.545
			2.990.969	
Autogeração Solar Holding	-	782.646		-
Autogeração Cachoeira Paulista	-	-		977
Solargrid Comercio	-	-	10.965.212	3.335.676
Autogeração Solar SF Itabapoana LTDA	-	-		218
Autogeracao Solar Smart Paraiba Do Sul Ltda	-	-	14.182	-
Autogeracao Solar Itaquí Ltda	-	-	22.779	-
Autogeracao Solar Sapucaia I - A Ltda	-	-	18.213	-
Autogeracao Solar Coqueiros Sapucaia I B Ltda	-	-	18.374	-
Autogeração Solar Rio Grande Ltda	-	-	35.133	-
Autogeração Solar Rincão Dos Pattas Ltda	-	-	14.844	-
Autogeração Solar Consesul Itaquí Ltda	-	-	8.079	-
Autogeração Solar Cachoeira Paulista Ltda	-	-	977	-
Autogeração Solar Sapucaia Iv Ltda	-	-	15.450	-
Autogeração Solar Caninhas Ltda	-	-	59.900	-
Autogeração Solar Itaquí Ii A Ltda	-	-	14.914	-
Autogeracao Solar Sf Itabapoana Ltda	-	-	47.779	-
Autogeracao Solar Ibia - 1 Ltda	-	-	32.129	-
Autogeracao Solar Participacoes Holding Vi S.A	-	-	90.962	-
Autogeracao Solar Mão Na Terra	-	-	14.313	-
Autogeração Solar Bela Vista I	-	-	34.842	-
Autogeração Solar Bela Vista Iv	-	-	80.156	-
Solargrid Comércio (Incorp) - Abr	-	-	154.652	-
Autogeração Solar Participações III SA	1.000	1.000	1.000	1.000
Contas a pagar - partes relacionadas				
Solargrid Comercio	(304.113)	(304.113)	-	-
Solargrid Autogeração	(3.183.071)	(3.778.771)	-	-
Autogeração Solar Serrana Ltda	(1.087)	(1.087)	-	-
Autogeracao Solar Francisco Sa Ltda	(1.200)	(1.200)	-	-
Total	<u>777.220</u>	<u>3.303.020</u>	<u>8.652.920</u>	<u>9.942.416</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	777.220	3.303.020	8.652.920	9.942.417

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

As operações entre parte relacionas se resumem a integralização de capital das SPes (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

Reorganização societária – Incorporação de Companhias de Propósito Específico (SPEs)

a) Contexto da operação

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a incorporação de 16 (dezesesseis) Companhias de Propósito Específico – SPEs, das quais 5 (cinco) eram Companhias de participação direta e 11(onze) de participação indireta, todas integralmente controladas pelo Grupo na referida data. A operação caracteriza-se como reorganização societária entre entidades sob controle comum, não resultando em alteração do controle econômico final da Companhia.

As SPEs incorporadas tinham como objeto social objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

A operação integra um processo de reorganização societária interna, cujo objetivo principal é a simplificação da estrutura societária, a centralização da gestão administrativa, financeira e contábil, bem como a otimização de custos operacionais e regulatórios, sem alteração do controle econômico final do Grupo.

Como resultado da incorporação, as SPEs foram juridicamente extintas, com a transferência integral de seus ativos, passivos, direitos e obrigações à Holding.

b) Natureza contábil da transação

Para fins contábeis, a incorporação caracteriza-se como uma transação entre entidades sob controle comum, uma vez que a Holding já exercia controle pleno sobre as SPEs antes e após a operação.

Dessa forma, a transação não se enquadra como combinação de negócios, conforme definido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, sendo aplicada a prática contábil de manutenção dos valores contábeis históricos.

Nos termos do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a operação não resultou em alteração no patrimônio líquido consolidado do Grupo.

c) Data-base e critérios de mensuração

A incorporação teve como data-base contábil 31/12/2025, sendo os ativos e passivos das SPEs incorporadas contabilizados pela Holding pelos valores contábeis registrados nas respectivas demonstrações financeiras, sem reavaliação ou ajuste a valor justo.

Não foi reconhecido ágio, deságio ou ganho por compra vantajosa, tampouco efeitos no resultado do exercício decorrentes da transação, em função de sua natureza de reorganização societária sem mudança de controle.

d) Efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a incorporação não produziu impactos nos saldos apresentados de ativos, passivos, patrimônio líquido ou resultado do exercício, uma vez que as SPEs já estavam integralmente consolidadas anteriormente à operação.

Foram devidamente eliminados os saldos, receitas, despesas e resultados decorrentes de transações entre partes relacionadas (intercompany), conforme requerido pelo CPC 36.

e) Efeitos nas demonstrações financeiras individuais da Holding

Nas demonstrações financeiras individuais, os ativos e passivos das SPEs incorporadas passaram a ser reconhecidos diretamente pela Holding, substituindo os investimentos anteriormente registrados, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

A incorporação não gerou impactos relevantes no resultado do exercício da Holding.

f) Aspectos regulatórios e contratuais

Os direitos e obrigações associados aos projetos de energia, incluindo autorizações, concessões, contratos de uso do sistema elétrico, contratos regulados e contratos de compra e venda de energia (PPAs), permaneceram vigentes e foram automaticamente transferidos à Holding, nos termos da legislação, regulamentação setorial aplicável e dos respectivos instrumentos contratuais.

g) Aspectos societários e legais

A operação foi aprovada pelos órgãos societários competentes da Holding e das SPEs incorporadas, em conformidade com a legislação societária e regulatória vigente. Os atos de incorporação foram devidamente registrados nos órgãos competentes, produzindo efeitos legais a partir da data de arquivamento.

h) Avaliação da Administração

A Administração entende que a reorganização societária fortalece a estrutura operacional e administrativa do Grupo, promovendo maior eficiência na gestão dos ativos de energia, simplificação dos controles internos e melhor alinhamento à estratégia de longo prazo, sem geração de impactos adversos relevantes.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

7.3 Da remuneração da Administração

A Companhia informa que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração, direta ou indireta, aos administradores, incluindo honorários, salários, bônus, participação nos resultados ou quaisquer outros benefícios de curto ou longo prazo. Adicionalmente, não foram concedidos benefícios pós-emprego, pagamentos baseados em ações ou quaisquer outras formas de compensação relacionadas à atuação da Administração no período.

9. Investimentos

9.1. Composição do saldo

Investimento	Saldo em 31/12/2024	Equivalência	Saldo em 31/12/2025
Solargrid Autogeração	14.981.644	2.016.136	16.997.780
Autogeração São Francisco Sa	1.200	-	1.200
Autogeração Solar Minas Gerais		(1.200)	(1.200)
	14.982.844	2.016.136	16.997.780
	14.982.844		16.997.780
Passivo a descoberto			
	Saldo em 31/12/2024	Equivalência	Saldo em 31/12/2025
Autogeração Solar Holding	33.810.931	41.759.139	75.570.069
	33.810.931	41.759.139	75.570.069

9.2. Informações adicionais sobre a empresa investida

SolarGrid autogeração Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 28/06/2023, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas: SolarGrid autogeração	99,92%	22.677.421	11.925.000	17.011.389	4.582.697	2.017.750

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Autogeração São Francisco Sá Ltda.

A Empresa ainda não iniciou suas operações, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas: Autogeração São Francisco Sa	100,00%	1.200	1.200	1.200	-	-

Autogeração Solar Holding S.A.

A sociedade tem por objeto social a participação societária no capital de Companhias no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas: Autogeração Solar Holding	100,00%	416.206.375	4.700.000	(75.571.269)	-	(41.780.295)

10. Imobilizado (controladora e consolidado)

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

Controladora

2024			
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Projetos em desenvolvimento	0%	75.000	75.000
Total			
Custo		-	-
Depreciação acumulada		-	-
Imobilizado líquido		75.000	75.000
75000			

Controladora

2025			
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025
Projetos em desenvolvimento	0%	75.000	75.000
Total			
Custo		-	-
Depreciação acumulada		-	-
Imobilizado líquido		75.000	75.000

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

Consolidado	2024						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	5%	-	-	-	-	(393)	(393)
Adiantamentos		76.577.843	33.865.438	-	(98.011.438)	-	12.431.842
Projetos em desenvolvimento	3%	100.264.869	1.611.433	(92.760.118)	(129.247)	-	8.986.937
Usina Fotovoltaica	0%	222.844.102	37.004.528	82.648.088	(7.187.282)	(11.844.218)	323.465.218
Juros Capitalizados	0%	7.925.887	5.400.112	9.446.457	-	(483.368)	22.289.088
Incorporação							
Total		407.612.701	77.881.511	665.573	105.327.968	12.327.979	367.172.693
Custo		416.317.532					379.500.671
Depreciação acumulada		-					(12.327.979)
Imobilizado líquido		8.704.831,36					367.172.693

Consolidado	2025							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência de saldos de 2024 das incorporadas	Saldo acumulado da Incorporação	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	5%	(393)	436.759	393	277.619		(29.156)	685.223
Adiantamentos		12.431.842	611.933	(4.284.083)	2.792.542	(469.342)		11.082.892
Projetos em desenvolvimento	3%	8.986.937	802.045	(11.013.530)	10.359.936	(1.002)		9.134.387
Usina Fotovoltaica	0%	323.465.218	411.059	(187.178.827)	169.390.858	(812.486)	(5.734.274)	299.541.548
Juros Capitalizados	0%	22.289.088		(8.969.987)	19.577.173		(79.452)	32.816.822
Incorporação								
Total		367.172.693	2.261.796	(211.446.033)	202.398.127	(1.282.830)	(5.842.881)	353.260.872
Custo		379.500.671						371.431.732
Depreciação acumulada		-						(18.170.860)
Imobilizado líquido		12.327.979						353.260.872

11. Fornecedores (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços gerais	84.478	77.034	1.103.528	2.561.752
Operação e Manutenção	-	-	357.052	498.895
Contratos EPC	-	-	1.531.519	3.311.624
Seguros	-	-	1.146.721	15.199
Aluguéis	-	-	242.624	15.199
Saldos da incorporação	0,00	-	800.725	
	84.478	77.034	5.182.169	6.402.670

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

12. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto retidos	3.731	3.529	173.090	20.682
Tributos Municipais	-	-	127.058	176.211
Impostos s/receita e lucro	12	12	559.244	1.170.277
Saldos da incorporação	-	-	964.597	-
Total	<u>3.743</u>	<u>3.541</u>	<u>1.823.989</u>	<u>1.367.170</u>

13. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos bancários	16,35 a.a.%	27/07/2026	14.882.560	15.637.113	14.882.560	15.637.113
Juros	-	-	2.022.122	719.132	2.022.122	781.780
Hedge			573.913	-	573.913	-
BNB			-	-	5.025.882	7.398.907
Debêntures	IPCA + 9,31450000% a.a.	15/09/2043	-	-	260.364.221	81.792.308
Juros de debêntures			-	-	80.296.314	55.137.835
(-) Custos de estruturação de debentures			-	-	(5.635.488)	(1.761.222)
Notas comerciais - CRI			-	-	133.221.285	299.018.528
Juros - Notas comerciais			-	-	21.557.591	30.985.356
(-) Patrimônio separado			-	-	(2.594.923)	(5.607.486)
(-) Custos de estruturação da dívida			-	-	(10.335.260)	(19.495.566)
(-) Principal			-	-	-	(1.650)
Incorporação			<u>17.478.594</u>	<u>16.356.245</u>	<u>499.378.215</u>	<u>463.885.903</u>
Passivo circulante			17.478.594	16.356.245	36.631.848	35.007.821
Passivo não circulante			-	-	462.746.367	428.878.082

Garantias

O empréstimo conta com garantia nos próprios projetos, sendo constituída pela cessão fiduciária de quotas, cessão fiduciária de contas e alienação de equipamentos, tendo aval da Companhia Autogeração Solar Holding S.A. durante o período da construção.

Covenants

ICSD

A devedora compromete-se a manter um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2x durante a vigência do contrato, a ser apurado mensalmente com base nas demonstrações financeiras auditadas. O descumprimento desta obrigação configurará evento de inadimplência, podendo ensejar o vencimento antecipado da dívida.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Demonstrações Trimestrais

Sem prejuízo às outras obrigações dispostas neste Termo de Emissão, a Emissora obriga-se a: (a) fornecer à Titular: (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, cópia de seus balancetes e demais informações financeiras relativas ao trimestre então encerrado;

Demonstrações Financeiras auditadas

Sem prejuízo às outras obrigações dispostas neste Termo de Emissão, a Emissora e a Fiadora, conforme aplicável, se obrigam a: (a) fornecer à Titular: (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora (até a Liberação da Fiança), relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM;

O vencimento do passivo não circulante compõe-se

Ano	Controladora	Consolidado
2026	-	13.080.738
2027	-	13.288.069
2028	-	13.441.072
2029	-	15.431.267
2030	-	16.595.497
2031	-	17.799.411
2032	-	20.782.508
2033	-	21.746.130
2034	-	23.206.538
2035	-	25.012.603
2036	-	21.844.678
2037	-	22.944.258
2038	-	23.818.961
2039	-	12.067.725

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 11.401.200,00 e está representado por 11.401.200 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Segue composição acionária da Companhia

	Capital	
	2025	2024
Capital Integralizado	11.401.200	11.401.200
Total	11.401.200	11.401.200

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Nesta conta estão registrados os recursos recebidos a título de investimentos, os quais serão destinados ao aumento de capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 não houve adiantamento para futuro aumento de capital nem em 2024.

c) Resultado

A Companhia registrou prejuízo líquido no montante de R\$ 43.392.426. (Prejuízo líquido de R\$ 9.632.933 em 2024).

15. Receita operacional líquida (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	-	-	43.421.054	74.616.452
(-)CUSD - Contrato de uso do sistema de distribuição	-	-	(5.872.656)	- 6.284.829
Impostos federais	-	-	(3.473.227)	- 6.321.554
Impostos municipais	-	-	(442.577)	- 746.437
Créditos de Pis e Cofins	-	-	3.337.816	7.821.424
Total	-	-	36.970.410	69.085.056

16. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aluguéis e arrendamento	-	-	(1.448.437)	(1.503.554)
Depreciação	-	-	(5.842.881)	(12.133.008)
Seguros	-	-	(695.877)	(1.485.506)
O&M	-	-	(3.365.388)	(4.207.571)
Custos gerais	-	-	(734.043)	(338.542)
Total	-	-	(12.086.627)	(19.668.181)

17. Despesas administrativas (controladora e consolidado)

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	-	-	-	(240)
Serviços pessoa jurídica	(134.175)	(109.132)	(1.584.294)	(1.116.610)
Despesas tributárias	(4.231)	(3.308)	(254.814)	(150.459)
Despesas com estrutura física	-	-	(5.914)	(100.315)
Despesas comerciais	(1.520)	-	(26.407)	(576)
Despesas com viagens	-	-	(58.093)	(5.639)
Outras	-	(1.200)	(8.856)	(18.307)
	(139.926)	(113.640)	(1.938.378)	(1.392.146)

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

18. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado)

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	27	209	3.007.432	170.166
Descontos obtidos		-		324
Atualização de tributos		33	22.217	176.535
Variação cambial ativa de HEDGE	377	554.108	8.942	554.108
	<u>404</u>	<u>554.350</u>	<u>3.038.590</u>	<u>901.133</u>
Despesas financeiras				
Juros e multas	(949)	(768)	(77.158)	(89.264)
Despesas bancárias	(8.436)	(8.400)	(760.691)	(525.062)
IOF	(130)	(49)	(434.089)	(7.823)
Juros sobre empréstimos	(2.910.861)	(2.411.408)	(55.796.181)	(61.869.872)
Perda de hedge	(3.426)	(5.404)	(3.426)	(5.404)
Variação cambial passiva hedge	(573.913)	-	(573.913)	-
Comissão		-		(105.687)
Amortização gastos com estruturação da dívida	-	-	(4.462.415)	(2.213.299)
Manutenção do patrimônio separado	-	-	(254.959)	(381.140)
Outras				(136.432)
	<u>(3.497.714)</u>	<u>(2.426.028)</u>	<u>(62.362.830)</u>	<u>(65.333.983)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(3.497.310)</u>	<u>(1.871.678)</u>	<u>(59.324.239)</u>	<u>(64.432.849)</u>

19. Provisão de IRPJ/CSLL

A empresa obteve o resultado na LALUR de 2025 prejuízo fiscal, sendo assim, não tendo provisão de IRPJ/CSLL no ano corrente.

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro e ou Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(43.392.426)	(43.392.426)	(40.798.715)	(40.798.715)
Reconciliação para taxa efetiva:	10.848.106	3.905.318	10.199.679	3.671.884
Adições				
Despesas de Equivalência Patrimonial	9.941.046	3.578.776	1.911.904	688.285
Base de Cálculo				
Base de prejuízo fiscal	(22.677.693)	(8.187.652)	(7.097.469)	(2.562.528)
Alíquota vigente	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Receitas/Despesas	<u>(1.888.541)</u>	<u>(703.557)</u>	<u>5.014.114</u>	<u>1.797.641</u>
Imposto - corrente	(456.308)	(187.953)	(148.083)	(60.749)
Imposto - diferido	<u>(1.432.233)</u>	<u>(515.604)</u>	<u>5.162.196</u>	<u>1.858.391</u>
Impostos Líquidos	<u>(1.888.541)</u>	<u>(703.557)</u>	<u>5.014.114</u>	<u>1.797.641</u>
Alíquota efetiva - %	<u>4%</u>	<u>2%</u>	<u>-12%</u>	<u>-4%</u>

Diferido

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e contribuição social, diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

A constituição do imposto de renda e contribuição social diferido está em conformidade com o disposto na CPC 32 e Memória de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferido ativo.

Em 2025 a baixa da provisão dos impostos diferidos foram provenientes do encerramento da operação das empresas investidas, o qual se deu por meio da incorporação.

A expectativa da Administração para realização dos créditos fiscais será a partir de 2028.

20. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

21. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidada	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	17.478.594	16.356.245	499.378.215	463.885.903
Caixa e equivalente de caixa	19.892	1.337	18.861.087	15.017.140
Dívida Líquida	17.458.702	16.354.908	480.517.129	448.868.763
Patrimônio Líquido	(75.234.338)	(31.532.776)	(75.234.338)	(31.532.776)
Índice de alavancagem financeira	(0,2321)	(0,5187)	(6,3869)	(14,2350)

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

22. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro contratado junto a Ezze, Zurich, Pottencial, Essor, AIG Seguros, Tokio Marine e JNS. seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Seguro Patrimonial

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importâncias
Risco Patrimonial ASH	11/10/2026	60.000.000,00

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importância
SolarGrig Holding	31/10/2026	20.000.000,00

23. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da empresa até esta data.